

# Sindicatos contribuem adiando reposição salarial

## OLIVIER UDRY

Se existe alguma comparação possível entre os planos de combate à inflação recentemente adotados em Israel e no Brasil, ela se restringe aos problemas enfrentados: grande déficit do setor público, descontrole inflacionário, crise cambial e resistência à desindexação. No entanto, as causas são muito diferentes, decorrendo da natureza e da história de cada uma dessas economias.

Para o embaixador de Israel no Brasil, Igraki Sarfati, há duas razões essenciais para a inflação em seu país: o permanente estado de guerra e o peso da enorme dívida externa (cerca de US\$ 23 bilhões). "Esta não se torna ainda mais grave porque recebemos ajuda constante dos Estados Unidos para os gastos militares, além de diver-

sas contribuições da comunidade judaica espalhada pelo mundo. É isso que tem permitido a Israel sempre pagar regularmente o serviço da dívida e ganhar assim uma credibilidade que jamais foi abalada."

Sarfati recusa-se a comentar a moratória decretada pelo Brasil ("não é um fato comum e não posso dizer o que representa, mesmo porque não sou economista mas diplomata"), mas faz questão de salientar que a vitória contra a inflação baseou-se fundamentalmente num grande acordo tripartite (governo, empresários e trabalhadores), apesar da persistência de divergências. "O fato de Israel ter apenas uma única central sindical ajuda muito neste sentido", comenta Sarfati, lembrando que, à semelhança do que ocorreu no Brasil, a política econômica

também foi traçada por um grupo de professores universitários.

Eles preconizaram profundos cortes nos gastos públicos (inclusive de defesa), abrangendo até áreas como educação e saúde. Por seu lado, os empresários aceitaram limitar seus lucros e pagar mais impostos, enquanto a força de trabalho acatou um corte do

poder aquisitivo dos salários. "Com isso, explica o embaixador, a inflação caiu para 18,5/19% em 1986, quando vinha beirando os 400% ao ano." Passada essa fase, os israelenses partem agora para uma segunda etapa que objetiva o crescimento econômico.

Em meados de janeiro, a moeda sofreu nova desvalorização de 10% e os preços de alguns produtos básicos foram aumentados (pão, 20%; carne de frango congelada, 5%; leite e deriva-

dos, 5%), mas os combustíveis escaparam, adiando-se também um aumento nos transportes coletivos. A federação sindical dos trabalhadores contribuiu com o adiamento de 2,5% de reposição salarial e os gastos públicos foram cortados em 400 milhões de shekels (US\$ 248 milhões). Mas estas medidas foram tomadas após a vitória contra a inflação e com uma disponibilidade de reservas de US\$ 4 bilhões. Mesmo assim, o país não está satisfeito e não pretende conviver com a inflação de 20% projetada para este ano.

As providências mais recentes, que configuraram outro pacote anti-inflação e pró-crescimento, tiveram apoio dos trabalhadores. Os sindicatos concordaram com a desindexação parcial do gatilho automático dos salários em relação ao aumento do custo de vida. Em vez de reposição de 70% da

variação dos preços, receberão agora 43%. Na área fiscal, a alíquota máxima de imposto de pessoas físicas e jurídicas caiu de 60% para 52,5%, a metade do que fora originalmente pensado. Mas os controles de preços foram prorrogados até março de 1988, repetindo assim as experiências de programas anteriores de estabilização, iniciados em 1985, então sob a inspiração (entre outros) do professor de Economia Michael Bruno, atual presidente do Banco Central.

No diagnóstico que havia elaborado naquela época, Bruno apregoava um corte de US\$ 2/2,5 bilhões no déficit orçamentário do setor público, mas

a decisão contemplou apenas US\$ 1,5 bilhão. Foram eliminados US\$ 400 milhões de subsídios a produtos de consumo básico. A tributação sobre a ren-

da ganhou a mesma quantia, mas US\$ 750 milhões de gastos governamentais foram enxugados para reduzir a demanda do setor público. Adicionalmente, o governo norte-americano concedeu uma ajuda de emergência de US\$ 750 milhões em cada ano, no período 1985-87. Houve corte de 3% da mão-de-obra governamental, o que não trouxe de imediato grande vantagem financeira devido aos pagamentos de indenizações. Mas Bruno considerava fundamental que o governo sinalizasse sua determinação de reduzir a demanda por ele fomentada.

A taxa de câmbio foi alterada na data do choque (desvalorização de 18,8%), embora não na magnitude proposta por Bruno (30%), sendo mantida fixa depois, na medida em que preços e salários foram igualmente congelados.